PROJETO DE LEI Nº ____/2023

Concede Gratificação por exercício de Função e participação em Comissão aos servidores do Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru (SAAE) responsáveis pelas licitações, contratações públicas e procedimentos auxiliares às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, consoante lhe faculta o inciso IV do art. 64 da Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica autorizado ao Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru (SAAE) a concessão de gratificação a servidor designado para atuar como agente de contratação, membro de equipe de apoio, Pregoeiro, membro de Comissões de contratação, tendo como objetivo adequar o funcionamento do Departamento de Licitações do SAAE de Carmo do Cajuru às disposições constantes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no tocante às atividades desenvolvidas pelos agentes de contratação, auxiliares e comissões responsáveis pela condução de processos licitatório e procedimentos auxiliares, ficando também autorizada, nos termos dessa lei, a conceder gratificação ao servidor designado para exercer as funções de Controle Interno do SAAE.

CAPÍTULO II DAS LICITAÇÕES

Art. 2º. As licitações e os procedimentos auxiliares no âmbito do SAAE de Carmo do Cajuru, realizados de acordo com a Lei Federal nº 14.133, com vigência a partir de 01 de abril de 2021, serão conduzidas por Agente(s) de Contratação, pessoa(s) designada(s) pelo Diretor-Geral do SAAE, entre os servidores efetivos para:

- I - tomar decisões; acompanhar o trâmite das licitações e dos procedimentos auxiliares;
- II - dar impulso ao procedimento licitatório;
- III - julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
- IV - realizar os processos licitatórios de acordo com a legislação em vigor;

V - incumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor-Geral do SAAE;

VI - desempenhar e cumprir as normas pertinentes ao controle interno; e

VII - executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º. O Agente de Contratação será auxiliado por Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Parágrafo único. A Equipe de Apoio será formada por 03 (três) servidores, preferencialmente efetivos, designados pelo Diretor-Geral do SAAE, para auxiliar e oferecer suporte aos Pregoeiros e aos Agentes de Contratação em atos não decisórios, bem como na organização, recebimento e exame de documentos, confecção de atas, elaboração de relatórios e demais documentos que subsidiem a tomada de decisão no âmbito de um certame licitatório ou de um procedimento auxiliar.

Art. 4º. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Agente de Contratação será substituído por Comissão de Contratação formada por 03 (três) servidores, preferencialmente efetivos, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Parágrafo único. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo SAAE de Carmo do Cajuru, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os Agentes de Contratação ou as Comissões de Contratação.

Art. 5º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação poderá ser designado Pregoeiro, sendo auxiliado pela Equipe de Apoio de que trata o art. 3º.

Art. 6º. Poderão ser designados quantos Agentes de Contratação, Pregoeiros, Comissões de Contratação e Equipes de Apoio que se fizerem necessários ao adequado funcionamento do Setor de Licitações e Contratos, devendo o número de designações ser proporcional ao volume de processos de contratação realizados no exercício, pelo SAAE de Carmo do Cajuru, de forma simultânea ou não.

Art. 7º. A equipe de apoio poderá ser nomeada concomitantemente como membro da comissão de contratação, e vice-versa, sendo concedido o direito de somente uma gratificação.

CAPÍTULO III DO CONTROLE INTERNO

Art. 8º. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo poderá ser

designado pelo Diretor-Geral do SAAE para exercer as funções de Controle Interno do SAAE, fazendo jus a gratificação estipulada nesta lei.

Parágrafo único. São funções do Controle Interno do SAAE:

- I - Coordenar as atividades do sistema de Controle interno;
- II - Observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;
- III - Apoiar o Controle Externo;
- IV - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, operacional das unidades que compõem a estrutura do órgão;
- V - Realizar auditorias internas;
- VI - Avaliar as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais, instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas;
- VII - Acompanhar os limites constitucionais e legais;
- VIII - Avaliar a observância, pelas unidades componentes do sistema, dos procedimentos, normas e regras estabelecidas pela Legislação pertinente;
- IX - Elaborar parecer conclusivo sobre as contas anuais;
- X - Revisar e emitir parecer acerca de Tomadas de Contas Especiais;
- XI - Representar ao Tribunal de Contas sobre irregularidades e ilegalidades;
- XII - Zelar pela qualidade e pela independência do Sistema de Controle Interno.
- XIII - Encaminhar o relatório de controle interno à Controladoria-Geral do Município.

CAPÍTULO IV DOS VALORES DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 9º. Os servidores públicos designados para o exercício das atividades constantes do art. 2º, 3º, 4º e 8º, farão jus a uma gratificação de função, sendo seu valor equivalente a:

- I - 40% (quarenta por cento) de seu vencimento básico, quando designados para atuarem como Agente(s) de Contratação;
- II - 30% (trinta por cento) de seu vencimento básico, quando designados para atuarem como Pregoeiro;
- III - 20% (vinte por cento) de seu vencimento básico, quando designado para atuarem como Equipe de Apoio ou Comissão de Contratação;
- IV - 40% (quarenta por cento) de seu vencimento básico, quando designado para exercer as funções de Controle Interno do SAAE.

Art. 10. É vedada o recebimento de mais de uma gratificação em caso de nomeação em mais de uma função gratificada.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 11. As gratificações previstas nesta Lei têm natureza remuneratória, não poderão ser acumuladas, será paga mensalmente através de folha de pagamento e:

I - serão consideradas para efeito de recebimento do 13º (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) de férias, proporcionalmente ao período da respectiva designação;

II - serão condicionadas ao período de efetivo exercício na função desempenhada, de acordo com o disposto no respectivo ato de designação.

Art. 12. Os servidores poderão atuar em no máximo 03 (três) comissões, sendo vedada a acumulação quando designados para participar como Agentes de Contratação e Pregoeiros.

Art. 13. Em caso de afastamento ou impedimento de Membro de Comissão, Pregoeiro, Agente de Contratação ou Integrante de Equipe de Apoio e Controle Interno, será designado substituto pelo Diretor-Geral do SAAE, que fará jus à gratificação apenas pelo período de afastamento do titular, devendo os valores serem apurados proporcionalmente ao período de substituição, nos termos do regulamento interno do SAAE.

Art. 14. Os valores previstos no artigo 7º serão reajustados na mesma data e de acordo com o mesmo índice utilizado para fins do disposto no artigo 37, X da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 16. Regulamento interno do Diretor-Geral do SAAE disciplinará as diversas ações previstas das comissões, com vistas a garantir a observância do princípio da segregação de funções.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Carmo do Cajuru, 27 de julho de 2023.

**Edson de Souza Vilela
Prefeito de Carmo do Cajuru**

DA JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustres Vereadores,

Ilustre Vereadora,

Tenho a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei que "Concede Gratificação por exercício de Função e participação em Comissão aos servidores do Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru (SAAE) responsáveis pelas licitações, contratações públicas e procedimentos auxiliares às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Controle Interno e dá outras providências".

O objetivo desse projeto de lei é dar efetividade a Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estatui o novo regramento para as licitações, substituindo a antiga Lei Federal nº 8.666, de 1993, especialmente no que diz respeito aos agentes de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação. Tem também o objetivo de criar a gratificação para a função de Controle Interno do SAAE, sendo que atualmente o responsável por esta função não recebe nenhum incentivo financeiro para executar as funções de Controle Interno perante o SAAE.

Desta forma, solicitamos o beneplácito dos Nobres Edis, a análise e deliberação do presente Projeto de Lei, convertendo a presente matéria em Lei, assim, esperamos contar, com o apoio dessa Egrégia Casa, reiterando as Vossas Excelências os protestos de elevada estima e consideração.

Carmo do Cajuru, 27 de julho de 2023.

Edson de Souza Vilela
Prefeito de Carmo do Cajuru